

No coração da sala de aula: tensões geradas nas relações de gênero no trabalho de mulheres docentes

At the heart of the classroom: tensions generated in gender relations in women's work professors

En el corazón del aula: tensiones generadas en las relaciones de género en el trabajo de las mujeres docente

Leticia Gracielle Vieira Ferreira¹
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.

Cintia Rodrigues de Oliveira²
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.

Resumo

Nosso objetivo nesta pesquisa é analisar as tensões de gênero que emergem das relações entre docentes mulheres e discentes nas salas de aulas de uma Instituição de Ensino Superior Pública. Adotando a abordagem qualitativa, optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas com docentes mulheres de uma universidade pública federal, as quais foram analisadas com o apoio da análise foucaultiana. Os resultados apontam que, nas relações entre docentes mulheres e discentes em sala de aula, certas linhas de forças que atravessam a prática do exercício de carreira docente tornam esse espaço generificado, onde as experiências vividas se revelam diferentes para homens e mulheres.

Palavras-chave: mulheres docentes; relações de poder; formações discursivas.

Abstract

Our aim in this research is to analyze the gender tensions that emerge from between female professors and students in the classrooms of a Higher Education Institution public. Adopting the approach qualitative, we choose for the application of interviews semi-structured with female professors from a federal public university, which were

¹ Doutorado em Administração. Universidade Federal de Uberlândia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8712-6102>. E-mail: legravife@gmail.com.

² Doutorado em Administração de Empresas. Universidade Federal de Uberlândia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7999-9002>. E-mail: cintia@ufu.br.



analyzed with the support of Foucauldian analysis. The results point out that, in the relationships between female professors and students in the classroom, certain lines of forces that cross the practice of teaching careers make this space gendered, where the experiences lived if reveal many different for men and women.

Keywords: *women professor; relations in power; formations discursive.*

Resumen

Nuestro objetivo en esta investigación es analizar las tensiones de género que emergen de las relaciones entre profesoras y alumnas en las aulas de una Institución de Educación Superior Pública. Adoptando un enfoque cualitativo, optamos por realizar entrevistas semiestructuradas con profesoras de una universidad pública federal, que fueron analizadas con el apoyo del análisis foucaultiano. Los resultados apuntan que, en las relaciones entre profesoras y alumnas en el aula, ciertas líneas de fuerzas que atraviesan la práctica del ejercicio de la carrera docente hacen generizado ese espacio, donde las experiencias vividas se revelan diferentes para hombres y mujeres.

Palabras Clave: *mujeres professoras; relaciones en el poder; formaciones discursivas.*

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, de forma global, a busca pela promoção da igualdade de gênero tem sido amplamente debatida e tomada como central para o desenvolvimento socioeconômico de nações (Kazandjian et al., 2016). A educação de meninas e mulheres é considerada como um indicador crucial nesse caminho e esforços consideráveis nessa área foram feitos em todo mundo nas últimas décadas (Global Education Monitoring Report Team, 2015).

Embora os estudos que se dedicam a discutir os efeitos positivos do ensino superior de mulheres no desenvolvimento social estejam menos presentes, a presença e progresso de mulheres na educação superior têm se constituído como uma força motriz para mudança social, mesmo em lugares onde a desigualdade de gênero é ainda mais significativa (Tjomsland, 2009).

A literatura global tem evidenciado que o crescimento da representatividade feminina não deve ser a única meta a ser perseguida para igualdade de gênero nesse espaço de poder (Harford, 2018; Lipton, 2015; Ogbogu, 2011). A presença e avanço de mulheres na educação superior é acompanhada por problematizações nas quais as condições formais de igualdade ao acesso às vagas e postos de trabalho são

consideradas insuficientes para garantir a equidade de gênero nesse campo, demonstrando que as mulheres também precisam de oportunidades mais equânimes para as escolhas e usos de sua educação no mundo do trabalho.

Na docência acadêmica, muitos estudos têm enfatizado determinadas condições estruturais que conduzem às desigualdades de gênero presentes na carreira, alertando para a necessidade de mudança em normas culturais e práticas sociais (Lipton, 2015; Mang, 2019; Momani et al., 2019; Peterson, 2016). As universidades também são organizadas por estruturas informais que se revelam através das práticas cotidianas, relacionamentos e comportamentos de seus membros (Teelken; Taminiau; Rosenmöller, 2021). Na vida acadêmica diária, mulheres docentes vivenciam momentos de tensão que são coerentes com práticas e dinâmicas institucionais e de gênero que silenciam as mulheres e podem causar danos e mágoas cumulativas (Taylor et al., 2020).

No Brasil, em relação ao quantitativo total de alunos no ensino superior, as mulheres já são maioria. Como docentes acadêmicas, nas instituições de ensino superior públicas e privadas, as mulheres representam um pouco mais de 40% do corpo docente (Brasil, 2020). Esse quantitativo, embora represente um avanço para o ambiente profissional acadêmico, deve ser analisado com cautela, pois levantamentos do contingente quantitativo desprovidos de análises sobre a estratificação vertical e horizontal podem conduzir a uma pretensa ideia de redistribuição de oportunidades e direitos (Morley, 2005).

O objetivo deste artigo é analisar as tensões de gênero que emergem das relações entre docentes mulheres e discentes nas salas de aulas de uma Instituição de Ensino Superior Pública. A pesquisa é de natureza qualitativa e o corpus de pesquisa foi constituído de entrevistas com docentes mulheres de uma universidade pública federal. Depois desta introdução, o artigo está estruturado como segue: a revisão da literatura sobre gênero na perspectiva pós-estruturalista, a descrição dos procedimentos da pesquisa, os resultados e as considerações finais da pesquisa.

2 GÊNERO: CATEGORIA ANALÍTICA SIGNIFICATIVA PARA AS RELAÇÕES DE PODER

A dimensão do gênero participa da constituição dos corpos e de sua reprodução, das identidades individuais, das experiências singulares, das interações cotidianas sendo significativa para a divisão social do trabalho e a estruturação de instituições (Nielsen; Davies, 2017), inclusive as educacionais (Schiitz; Martinez, 2020).

O termo gênero foi desenvolvido inicialmente como um produto cultural que se diferenciava do sexo, um atributo biológico (Souza, 2016). Uma das primeiras autoras a questionar o gênero como uma categoria a-histórica e universal foi Scott (1995), ao apontar que os historiadores e as historiadoras, de forma generalista, teorizaram sobre gênero a partir de áreas tradicionais das ciências sociais e com o foco em explicações causais de caráter universal. A autora foi pioneira ao propor que o gênero é “[...]uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 88).

A abordagem teórica feminista de gênero escolhida como lente teórica para esta pesquisa é a que se inspira no campo da epistemologia pós-estruturalista e ontologia pós-moderna. Os estudos pós-estruturalista sobre as relações de gênero, inspirados nos trabalhos de Foucault sobre poder e saber, também podem ser denominados como a filosofia da diferença, estudos culturais, pós-marxismo, terceira onda feminista ou teoria Queer (Souza, 2016).

O movimento feminista contribuiu para a nova concepção de identidade na pós-modernidade que se baseia no descentramento do tradicional “sujeito” do Iluminismo, ao questionar a tradicional dicotomia entre público e privado; ao problematizar áreas intocadas da vida social privada e propor, como uma questão política e social, a formação e produção dos sujeitos “generificados” (Hall, 2006).

O pós-estruturalismo rompe com as teorias que concebem gênero e sexualidade como categorias previamente determinadas pelas estruturas de linguagem, estrutura social e conhecimento (Davies; Gannon, 2005) e coloca em relevo a instabilidade da linguagem como forma de representação. Butler (2003), que problematiza capacidade emancipatória, argumenta que o sujeito universal “mulheres” e a identidade “mulheres” precisariam abarcar todas as qualificações do que é ser

esse sujeito. Desse modo, de uma fictícia unicidade sobre o conceito de mulher, tem-se hoje uma pluralidade de pessoas no interior da categoria.

Butler (2003) contribui de forma significativa para desconstruir a concepção de gênero baseada na divisão dualista entre sexo/gênero e biologia/cultura. Ao problematizar essa fronteira, a autora passa a inserir a biologia do corpo no campo das teorias sociais, indagando de que forma o corpo existe a partir das marcas do gênero e através delas.

O poder não apenas constitui o sujeito pelas normas que produzem sua identidade, mas, sim, é sua própria potência, porque o sujeito nunca está plenamente constituído, sendo continuamente sujeitado e produzido (Butler, 1993). O gênero é delimitado como um sistema produtor de identidades que permite que os sujeitos existam, porém, essas identidades estão contingenciadas pela lógica da matriz heterossexual (Butler, 2003).

Ao propor a matriz heterossexual como uma prática discursiva que estabelece como compulsória, a coerência entre sexo, gênero e sexualidade, Butler (2003) expõe a pretensa naturalidade do gênero e da própria sexualidade, ao propor que as identidades de gênero são um produto de performatividades socialmente elaboradas e historicamente contingentes. No entanto, a estrutura da matriz heterossexual, mesmo regulando sentidos e significados, não é estável e determinista como uma estrutura sólida de dominação. No seu interior, noções de masculinidade e feminilidade são continuamente produzidas e desconstruídas, e, assim, emergem diversas formas de produção que não seguem a lógica binária homem/mulher (Butler, 2003).

Nesse sentido, o gênero é algo que se faz “doing gender” e não algo que se possui, um fazer que constitui os sujeitos como sujeitos (Souza, 2016). Em outras palavras, o fazer gênero está impresso na estilização cotidiana dos corpos, que se opera por meio de um conjunto de atos repetitivos que estão inseridos dentro de um quadro regulatório rigoroso, cuja estabilidade visa aparentar uma essência natural do ser (Butler, 2003).

A capacidade de agir é sempre e somente uma prerrogativa política (Butler, 1993), e, numa perspectiva pós-estruturalista, a capacidade de agência das pessoas só se torna possível quando se reconhece o poder do discurso em gerar vida, não só pela repetição contínua de práticas habituais, como, também, pela possibilidade de

geração de novas vidas, rompendo, substituindo ou eclipsando os tradicionais significados de gênero (Davies; Gannon, 2005).

A analítica Queer, ao problematizar e desconstruir ideias normalizadas de sujeito, provocam e perturbam formas convencionais de pensar e agir sobre temáticas como as relações sociais de sexo e emancipação, possibilitando a construção de saberes que libertam das amarras dos discursos segregacionistas, homogêneos e normalizadores, que visam à manutenção do status quo de certas categorias discursivas identitárias (Santos; Carrieri, 2016).

As concepções de poder são centrais para essa discussão. Estudos sobre o poder e organizações envolvem temáticas intrigantes e controversas, abrangendo as relações de gênero vivenciadas nos espaços de interação social organizacional. Essas investigações demandam análises que ultrapassem a simples polarização entre masculino/feminino, dominador/dominada, ampliando a compreensão das diferentes possibilidades de interação entre homens e mulheres (Capelle et al., 2004).

Dois concepções de poder presentes na sociologia contemporânea que compartilham uma visão relacional do poder fizeram parte do embasamento teórico desta pesquisa. Observadas as diferenças epistemológicas e metodológicas entre os autores, Michel Foucault (1926-1984) e Pierre Bourdieu (1930-2002), é possível estabelecer uma aproximação entre o trabalho dos dois autores, a partir da concepção de poder como um acontecimento que emerge das relações sociais, centrado na adesão consensual dos atores envolvidos aos valores dominantes (Perissinotto, 2007).

A filosofia da ação desenvolvida por Bourdieu, amparada no desenvolvimento de conceitos-chaves interdependentes de habitus, campo e capital, estabelece uma relação de mão dupla entre a estrutura social objetiva (campo) e as estruturas incorporadas subjetivas (habitus). Enquanto o campo envolve os espaços nos quais as relações acontecem, o habitus, se refere ao mecanismo pelo qual as ações individuais se harmonizam com o contexto social. A posse de maior ou menor capital simbólico, que envolve os diferentes tipos de recursos (econômicos, culturais e sociais), define a posição que cada pessoa ocupa nos diferentes campos (Bourdieu, 1996).

No que se refere ao masculino e feminino, ao descrever o que denomina de “a dominação masculina”, Bourdieu (2002) propõe a ideia de que é no corpo que as

disputas de poder se estabelecem e onde o capital cultural se inscreve e se torna duradouro. Desde o nascimento, é o corpo que identifica quem serão os dominadores, porque o homem é tomado como a norma que orienta as construções simbólicas inscritas no corpo. A dominação masculina vivenciada pela sociedade, que atinge homens e mulheres, é resultante da violência simbólica, um tipo de violência suave, insensível e invisível às suas próprias vítimas, sendo exercida pelos meios simbólicos de comunicação e conhecimento.

Em outro caminho, Michel Foucault (1926-1984) dedicou parte de seus estudos e pensamento na elaboração de conceitos que desvelam como o poder percorre todas as instâncias da vida social. O filósofo buscou compreender o poder onde ele ocorria em sua forma mais localizada e periférica, partindo de um estudo histórico dos “micropoderes” para, então, explicar como as relações de poder estão presente em todas as estruturas sociais. O poder não existe, o que existem são relações de poder que são móveis, reversíveis e instáveis, enfim, o que existe são práticas de poder que são exercidas, e não possuídas (Foucault, 1995).

Na ótica foucaultiana, existe uma relação íntima entre o saber e o poder, que incorporada em práticas discursivas e não-discursivas atravessa os sujeitos, os constituindo em dado momento histórico. Foucault (2010) propõe que, para se pensar a realidade atual, é necessário compreender essa experiência histórica a partir das redes discursivas estabelecidas que determinam as posições de sujeito possíveis no presente, concebendo essas posições pela sua natureza fluída e como sendo criadas por meio dos saberes relacionados às experiências vivenciadas em tais posições.

Ao longo da vida, passamos por diferentes instituições nas quais nos constituímos enquanto sujeitos por meio de nossos “focos de experiência”. Nesses lugares e espaços, nossa identidade é continuamente enquadrada e reenquadrada. Para Foucault (2010), os focos de experiência resultam das formas de saber, das matrizes normativas de comportamentos e dos modos de existência virtuais possíveis, procedimentos distintos que, articulados por meio de uma série de estratégias, conduzem nosso assujeitamento. López (2011) compara essa visão foucaultiana de experiência a uma constelação na qual os jogos de verdade (saber), as relações de poder (poder) e as formas de subjetividade (subjetividade) estão intimamente vinculadas entre si para nossa produção.

Foucault (1995, 2010) explica que homens e mulheres não se constituem como sujeitos apenas a partir de lógicas de repressão, mas, sim, cotidianamente é atravessada por relações de poder, essa produção ocorre por meio de práticas e relações que constituem modos de ser e de estar no mundo usualmente diversas. Nesse sentido, a partir da ótica Foucaultiana, as identidades de gênero devem ser consideradas como construções políticas, sociais, culturais e históricas, e não como características naturais e biológicas fixas percebidas como neutras e apolíticas.

3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e uma postura pós-estruturalista. A estratégia de propor de um modelo que articulasse as teorias sobre poder é inspirada no trabalho de Capelle et al. (2005), no qual as autoras e autor propõem um modelo de análise das relações de poder fundamentado na complementaridade das ideias de Bourdieu e Foucault acerca do tema poder. O método de análise de discurso proposto por Franco e Leão (2019), embasado no potencial latente da analítica Foucaultiana (Foucault, 2008), foi escolhido para análises que envolvem a elucidação discursiva.

Apesar de o lócus primário deste estudo ser a sala de aula, a docência no ensino superior numa Universidade Pública foi considerada como o campo mais abrangente, no qual localiza o objeto desta pesquisa, e onde as condições de produção discursiva das docentes participantes da pesquisa acontecem. Neste estudo, o Ensino Superior público é considerado um campo de poder, tal qual a perspectiva de Bourdieu (1996), um espaço de relações de força entre diferentes agentes (Instituições de Ensino, Agências de Fomento, Docentes, Discentes). A carreira docente é desenvolvida e exercida nesse campo de poder e envolve a execução de uma prática institucionalizada (Foucault, 1984, 1996, 1999) atravessada por linhas de forças que atravessam as práticas cotidianas dos sujeitos pertencentes ao campo.

A técnica escolhida para produzir o corpus da pesquisa foi a aplicação de entrevistas em profundidade e/ou semiestruturada com 20 docentes mulheres. Buscamos elaborar um tópico guia que pudesse captar as nuances das tensões de

gênero que envolviam docentes mulheres e discentes, a partir das percepções das docentes mulheres em suas vivências em sala de aula.

A formatação e a preparação para a aplicação das entrevistas tiveram como ponto de partida uma revisão teórica cautelosa. A seleção das participantes iniciou-se pelo contanto inicial com docentes mulheres de uma instituição que contemplava disciplinas que envolvem as cinco áreas de conhecimento, e foi complementada a partir de indicações das informantes iniciais sobre possíveis candidatas.

Considerando que o estudo se apoia na análise de discurso foucaultiana (ADF), a coletânea de textos operacionalizada pela realização das entrevistas possibilitou a construção de um arquivo (Foucault 2008). Para o tratamento desse arquivo, utilizamos o software livre Iramuteq desenvolvido para pesquisas qualitativas (Gray, 2012). O programa foi utilizado como recurso para apoio na organização e sistematização dos elementos discursivos presentes no arquivo.

Os enunciados são um feixe de relações e precisam ser pesquisados a partir de posições de sujeitos em frações de saberes, em estratos discursivos associados ou em concretudes indicativas de regularidades que marquem descontinuidades. Nesse feixe, as funções indicam as operações estratégicas que os saberes assumem no cenário discursivo e são reveladas a partir de uma operação de decifração (Foucault, 2008). Nessa etapa, pistas elucidativas surgem da relação entre si estabelecida pelos enunciados. Da mesma forma que enunciados estão ligados a suas funções, as regras existem como base das formações, regulando os atos discursivos. A regra informa a condição a que estão submetidos os elementos na rede discursiva e a formação aparece como uma regularidade “entre objetos, tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas” (Foucault, 2008, p. 43).

4 A PRODUÇÃO E REGULAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS NA SALA DE AULA

Na primeira fase, nossa analítica se concentrou na identificação dos enunciados e suas funções enunciativas. A partir do reconhecimento destes primeiros artefatos e do modo como eles se relacionam, definimos os princípios que regem e ordenam os diferentes discursos, a saber, suas regras de formação. O feixe de relação entre essas três categorias de análise nos revela as formações discursivas. Os enunciados encontrados, que serão descritos nas análises das formações discursivas,

são considerados como as unidades discursivas básicas do arquivo e se relacionam para produzir e regular determinadas práticas sociais e participam da constituição das identidades dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

A partir dos enunciados, seguimos na investigação de determinar as funções enunciativas (Quadro 1), e, para identificar essas funções, é necessário encontrar os critérios que as determinam.

Quadro 1 – Funções encontradas

Função		Descrição
F 01	Reconhecer a Discriminação de Gênero.	Identificar as práticas sexistas e discriminatórias contra mulheres.
F 02	Negar a Discriminação de Gênero	Negar as práticas sexistas e discriminatórias contramulheres.
F 03	Suavizar os efeitos da presença de discriminação de gênero na prática docente em sala de aula.	Tomar a discriminação como um comportamento social de menor importância suavizando os efeitos de práticas sexistas vivenciadas.
F 04	Reconhecer posições de hierarquia	Reconhecer a existência e ou a vivência de posições hierárquicas.
F 05	Reconhecer a Divisão Sexual do Trabalho	Reconhecer no âmbito de suas vivências a divisão sexual do trabalho.
F 06	Questionar a Divisão Sexual do Trabalho	Evidenciar ações que visam a contestação da divisão sexual do trabalho.
F 07	Evidenciar os sentidos compartilhados sobre a identidade “docente mulher”	Reconhecer as características identitárias compartilhadas sobre o sujeito “docente mulher” que orientam os sentidos sobre a categoria.
F 08	Questionar sentidos sobre feminilidade	Contestar a essencialização e naturalização das características identitárias atribuídas às mulheres.
F 09	Reforçar sentidos sobre feminilidade	Identificar e atribuir valores às características tidas como femininas.
F 10	Questionar sentidos compartilhados sobre masculinidades	Contestar a essencialização e a naturalização das características identitárias atribuídas aos homens.
F 11	Reforçar sentidos sobre Masculinidades	Identificar e atribuir valores às características tidas como masculinas.
F 12	Reconhecer as permanências sobre a atribuição desigual de responsabilidades às mulheres na esfera da vida privada	Identificar as diferenças sociais produzidas que vinculam as mulheres à determinadas funções na esfera reprodutiva da vida.
F13	Reconhecer a Maternidade como um desafio no desenvolvimento da carreira docente.	Identificar a maternidade como um marcador social impactante no desenvolvimento da carreira docente.

De acordo com a análise proposta, não existem limites para os feixes de relações que conduzem a formação discursiva, ou seja, um enunciado pode ter mais

de uma função, e determinada função pode descrever mais de um enunciado. Por fim, nessa primeira fase analítica, apontamos as regras de formação. As relações estabelecidas entre os enunciados e suas funções revelam alguns princípios de ordenação do discurso que conduzem as regras de formação (Quadro 2). Tais regras regulam e governam os atos discursivos e estabelecem o sentido para as funções enunciativas.

Quadro 2 – Regras de Formação

Regra de Formação		Descrição
01	O Poder Simbólico na Carreira Docente Acadêmica	A regra indica como o poder simbólico organiza e estabiliza certos sentidos da atuação docente, não só nas relações estabelecidas em sala de aula entre as docentes mulheres e seus discentes, mas, também, no cotidiano do exercício da carreira docente na Universidade e na imbricação dessa com a esfera privada da vida
02	A Divisão Sexual do Trabalho na vida de docentes mulheres	A regra expõe como a Divisão Sexual do Trabalho organiza as posições hierárquicas e assimétricas no exercício da carreira docente acadêmica e na vida privada, definindo posições e distribuindo funções diferentes para homens e mulheres.
03	A Microfísica do Poder na Carreira Docente Acadêmica	A regra expõe, pela sua capacidade microfísica, como o poder circula, atravessa e constitui as práticas de mulheres no campo de poder do exercício da carreira docente acadêmica, possibilitando posições de poder e resistência diante das desigualdades de gênero.
04	Expressões de Feminilidade e Masculinidade na Formação da Identidade Docente	A regra expõe como os diferentes significados sobre o feminino e o masculino participam das performances e constituição da identidade docente.

A especificidade de um enunciado reside na ideia de que não há enunciado livre, neutro e independente, ao contrário, sua existência denuncia o conjunto de enunciados no qual ele executa um papel (FOUCAULT, 2008). No interior de uma formação, um enunciado apoia os demais, ao mesmo tempo em que deles se diferencia. As relações estabelecidas entre os enunciados podem ser de duas naturezas, síncrona ou incidente. Na relação síncrona, os enunciados coexistem dentro do conjunto; já a relação incidente acontece quando determinado enunciado explica outro (LEÃO; MOURA, 2018).

5 IDENTIFICANDO AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

O segundo nível analítico revela 04 formações discursivas. Essas formações discursivas emergiram da estruturação de 13 (treze) enunciados e se ligam a 13 (treze) funções enunciativas e obedecem a 04(quatro) regras de formações. As quatro formações discursivas identificadas são compreendidas a partir de suas regras de formação, que foram definidas a partir da articulação dos conceitos teóricos que orientaram a pesquisa e os dados empíricos obtidos. Nesta etapa, apresentamos a discussão sobre as formações discursivas, tratando-as como um conjunto, apresentando assim os feixes de relações que nos levaram a revelá-las. Promovemos a discussão de cada feixe de relações junto ao contexto das práticas e aos conceitos teóricos, ou seja, em cada um dos feixes, discutimos e ilustramos essa analítica, a partir dos dados empíricos encontrados no arquivo.

5.1 A negação e naturalização da discriminação de gênero em sala de aula faz parte da experiência docente

A formação discursiva desta seção está ligada a duas regras de formação: a “Manifestação do Poder Simbólico na Carreira Docente Acadêmica” e “A microfísica do poder na carreira docente acadêmica do poder a resistência”. A incidência dos três enunciados indica os modos pelos quais as docentes mulheres não reconhecem a existência de tensões de gênero nas relações estabelecidas na sala de aula. O enunciado central dessa formação é “Eu nunca vivenciei conflitos”, o qual é explicado pelos enunciados E04, “eles me respeitam” e E05 “há discriminação, mas, comigo, não”. As funções pertinentes a essa formação envolvem o reconhecimento, a negação e a suavização da discriminação de gênero e o reconhecimento de posições hierárquicas.

O tópico-guia envolveu perguntas às docentes sobre se elas já haviam presenciado tensões e conflitos de gênero nas suas práticas em sala de aula, e as respostas obtidas apontam para um estranhamento no reconhecimento desse espaço como um lugar no qual conflitos e tensões de gênero podem acontecer. A fala de Sonia Dietrich, professora com 25 anos de experiência no exercício da docência, expressa uma dessas narrativas:

Eu não vejo nenhum tipo de distinção ou discriminação com relação a isso, muito tranquilo mesmo. [...] eu sempre vejo os discentes tratando isso de uma forma respeitosa, muito tranquilo sabe, tanto os meninos ou meninas, quanto os docentes, com muita naturalidade (Sonia Dietrich, grifo nosso).

Lappalainen *et al.* (2012) apontam que um dos modos de se considerar o gênero em um contexto educacional é tomando as relações de gênero como neutras, partindo da ideia de que estruturas, processos, culturas e subjetividades são corretamente determinados e todas as pessoas têm seus plenos direitos respeitados. A neutralidade de gênero, nesse sentido, pode ser percebida como parte da prática profissional.

As relações na sala de aula acontecem a partir de uma cultura do currículo que exige racionalidade, organização de tempos e espaços, processos de vigilância e controle e comportamentos adequados. No campo da educação, o (a) docente tem uma importância crucial na construção e imposição dessa cultura. A sua formação, o ato de ensinar, de organizar e definir os conteúdos, de escolher os métodos de avaliação, a prática pedagógica em si é mediada por diferentes tipos de violência simbólica (Bourdieu, 2002) e tecnologias de poder, visando o disciplinamento, a docilização e a normalização das pessoas que circulam nesse lugar (Foucault, 1999).

A violência simbólica ocorre sempre que não há equivalência entre o capital em disputa, além do que é esperado que os homens sempre tenham o capital maior do que o das mulheres (Bourdieu, 2002). Nesse sentido, alunos e alunas no ensino superior podem, de forma sutil, cometer práticas de violência simbólica contra as professoras, ao se colocam em uma posição hierarquicamente superior, considerando ilegítima a hierarquia do capital simbólico dessas docentes, justamente, por elas serem mulheres.

Na intersecção entre gênero, poder e docência, a docente se vê em uma posição no campo na qual é prática e efeito de poder. O enunciado “Há discriminação, mas, comigo, não” sinaliza o quanto pode ser difícil reconhecer as discriminações de gênero no plano individual, porque, muitas vezes, isso envolve a aceitação de uma posição de fragilidade em relação a uma posição de poder que requer autoridade.

É possível reconhecer o poder simbólico engendrando a prática docente de mulheres quando em enunciações encontradas; as docentes reconhecem e valorizam suas posições de agentes responsáveis pelo processo de aquisição,

produção e transmissão de conhecimento como um fator de maior importância para a relação professor(a)/aluno(a), considerando os vieses de gênero como fatores em segundo plano nessas relações, o que permite escamotear as assimetrias de gênero e possíveis tensões recorrentes das diferenças. A fala de Marilda ilustra esse cenário:

Sinceramente, se fossem me perguntar onde eu tenho menos problema ou não tenho problema em relação a gênero é na sala de aula. Na sala de aula conta muito mais a questão de seus conhecimentos, se você tem conhecimentos ou não, e a questão de você ser mais humano, mais aberto em lidar com os discentes (Marilda, grifo nosso).

O *habitus* de cada docente, formado ao longo da vida, está envolvido no condicionamento de suas práticas em sala de aula. Isso ocorre porque a subjetividade das pessoas e as representações que ela imprime sobre a realidade sofrem uma regulação de acordo com o que foi previamente e internamente estruturado por meio das experiências vivenciadas no lugar que ocuparam nas estruturas sociais de origem e que formam partes significativas de suas identidades atuais (BOURDIEU, 1996), como ilustra o trecho extraído da participante Virgínia:

Na minha área de atuação, eu vejo assim: às vezes, colegas e amigos de outros lugares reclamam. Eu, particularmente, nunca tive esse problema, eu nunca, não sei se é por causa da minha criação. Eu sempre fui criada dessa forma, sempre tive a cabeça dessa forma e essas questões de gênero nunca me atingiram (Virgínia, grifo nosso).

A palavra respeito, em sua sutileza e força, assume nos discursos conotações muito diferentes que estão sempre acompanhadas por noções de legitimação, separação, demarcação, reconhecimento de poder, equilíbrio.

Olha, o que eu sinto, é que tem uma relação próxima, mas de muito respeito. [...] Então, nesse tempo todo de docência na universidade, eu nunca percebi nenhuma barreira a ser transposta. [...] Então, esse distanciamento que eu tenho dos meus discentes, que eu tenho desde o início, também me permitiu uma posição de respeito, que não é autoritário, eu sinto que meus discentes não têm medo de mim, mas eles têm um respeito muito grande por mim (Ruth, grifo nosso).

Por fim, nesta formação discursiva, o estranhamento quanto à presença de tensões de gênero sinaliza como o poder, a partir de diferentes estratégias e

atravessando os agentes do campo em suas práticas discursivas, atua para silenciar e excluir aquilo que parece estranho e diferente (Foucault, 1984).

5.2 A sala de aula como espaço de prática e reflexão sobre permanências e descontinuidades de assimetrias de gênero

A Formação discursiva desta seção está ligada as quatro regras de formação, revelando que o reconhecimento e a reflexão da presença de tensões de gênero na relação entre docentes mulheres e discentes é ressonante com outras formas de tensões de gênero vivenciadas em outros espaços do exercício da carreira, revelando as permanências e descontinuidades de assimetrias de gênero. A incidência dos dez enunciados desta formação discursiva indica os modos pelos quais as docentes mulheres revelam diferentes formas de tensões de gênero, a partir de um olhar sobre as relações de gênero estabelecidas na sala de aula. Os enunciados centrais dessa formação são: E03 “Existem diferenças”, o qual é explicado pelos enunciados E02, “Teve um episódio”; E05, “Há discriminação, mas, comigo, não”; E06, “É fora da sala de aula que sinto a diferença”; E07 “A mulher precisa provar”; E08, “É uma mulher”; E09, “A docente mulher é”; E10, “O docente homem é”; e o E09 “A docente mulher é” o qual é explicado pelos enunciados E07, E08 e E10.

No mundo do trabalho, sempre que mulheres adentram em domínios masculinos, a organização simbólica da dominação masculina, operacionalizada, em parte, pela divisão sexual do trabalho, é quebrada. Isso quase sempre exige das mulheres esforços adicionais para legitimar a sua posição. Na relação com os pares, as diferenças e hierarquias entre homens e mulheres se tornam mais evidentes, a partir de posições de poder discretamente assimétricas:

Eu sinto que quando ocupamos a posição de chefia, muitas vezes, há, sim, uma comparação das tomadas de atitudes que as mulheres têm, quando estão nesses cargos, em relação aos homens. Existe, em relação aos cargos de chefia ocupados por mulheres, questionamentos da postura que a gente tem enquanto mulher (Adriane, grifo nosso).

Morgado e Tonelli (2016) argumentam que a quebra da ordem simbólica da dominação masculina pode tanto reforçar as diferenças, por meio de

comportamentos dos homens em relação às mulheres, quanto suspender as diferenças, podendo as mulheres serem tratadas como iguais. Como apontam Campos *et al.* (2017), o protagonismo de mulheres nas organizações também é mediado pela regulação de seus pares masculinos, por meio de discretas intervenções na autonomia que enfraquecem sua posição:

Vou dar outro exemplo, quando eu ocupei um cargo [...] tinha hora em que a gente estava falando e, visivelmente, você via na cara de alguns colegas, principalmente homens, que eles não estavam nem aí para aquilo que você estava falando[...]. É aquilo que eu falava só ganhava força se outras pessoas me ajudassem (Marilda, grifo nosso).

A carreira docente no ensino superior envolve a execução de atividades em três áreas específicas: o ensino, a pesquisa e extensão. Além de atuarem nessas três áreas, os (as) docentes (as) assumem uma parte significativa das atividades administrativas e de gestão das Universidades. Essas atividades, quando somadas, podem significar uma sobrecarga de trabalho significativa acentuada pela presença de discriminações de gênero veladas:

Durante três anos, eu fui gestora, coordenadora de [...], eu sempre falo que eu senti como gestora, eu senti muito essa questão de gênero quando assumi um cargo de chefia, apesar de que ela é muito velada e é muito sutil. Só quem vive e percebe é que reconhece. Então, às vezes, vamos colocar assim, parece que é uma loucura da mulher dizer que está sofrendo desigualdade de gênero, mas eu vejo isso muito fortemente (Carolina, grifo nosso).

É relevante refletir sobre como compreensões centradas na oposição binária entre masculino e feminino nos conduzem à desconsideração de outras relações que podem ou não serem assimétricas, como a diferença entre mulheres e ou entre homens. A desconsideração das diferenças no interior de cada categoria reduz a possibilidade de transformação e oculta outros problemas relacionados as práticas sociais. Entre a categoria mulheres, há relações de poder que fragilizam também a relação entre elas mesmas:

A gente tem aquela situação em que o machismo aparece, [...] mas, também, na posição mulher com outra mulher entente, em que a própria mulher, ao se colocar na posição de uma mulher machista, ela prejudica outra mulher, isso, na

universidade, acontece, tem algumas coisas bem complicadas, com certeza (Maria Laura, grifo nosso).

Esta formação discursiva nos convida a refletir que o avanço das mulheres na carreira acadêmica é resultado de uma transformação dinâmica da organização social do trabalho que ainda carece de problematizações.

5.3 A sala de aula como espaço relacional de constituição de identidades

A formação discursiva desta seção está ligada a todas as regras e se organiza a partir de quatro enunciados que demonstram como as docentes, ao falarem de si mesmas, a partir de um olhar na sua relação com outro, nos contam sobre como a identidade acadêmica está em permanente processo de enquadramento e reenquadramento, revelando aspectos importantes da relação docente mulher-discentes e da sujeita mulher docente. O enunciado central dessa formação é o E09 “A docente mulher é”, o qual é explicado pelos enunciados E07 “A mulher precisa provar”, E08 “É uma mulher ” e E10 “O docente homem é”.

As enunciações aqui presentes ilustram como o/a sujeito (a) é efeito do discurso e resultado ativo de suas experiências, se constituindo pelo saber, pelo poder e nos modos de subjetivação (Foucault, 2010). É pelos modos de subjetivação que o (a) sujeito (a) incorpora e altera às práticas que o rodeiam, sejam elas, práticas que o submetem ao outro, ou a si mesmo, a partir dos regimes de verdade que as determinaram.

As diferentes identidades que assumimos, construídas em diferentes contextos organizacionais, estão diretamente imbricadas em nossas escolhas, relações e práticas cotidianas e as expressões de masculinidade e feminilidade que incorporamos a nossas identidades são construídas historicamente e estão relacionadas aos símbolos culturais disponíveis, às normas institucionalizadas, às subjetividades e relações de poder a partir dos quais essas expressões emergem (Vianna, 2002). No Ensino Superior a produção subjetiva, envolve conferir aos agentes, um sentido de pertencimento e marcas de diferenciação em relação aos outros sujeitos que se encontram tanto do lado de fora, como no interior da instituição (Louro, 1997).

O contexto local é fértil para compreensão das identidades acadêmicas (Clegg, 2008), considerando que mesmo inseridas em hierarquias de natureza nacional e global, as docentes se constituem a partir de um nível micro das diferenças. No interior de uma universidade, as redes discursivas anteriores, a partir da qual diferentes sujeitos (as) que ali se encontram se constituíram, também condicionam a produção de identidades nesse lugar, o que implica que as identidades ali produzidas não são totalmente autênticas, mas, sim, condicionadas por aspectos culturais que lhes conferem sentido.

A fala de Mayama é representativa dos modos pelos quais a prática docente e a relação professor(a)/aluno(a) se revela generificada, ao expor que não só os conhecimentos, mas as atividades, os comportamentos e desempenhos, podem ser percebidos como práticas que obedecem a normas de gênero baseadas em binarismos e essencialismos, que visam oferecer uma pretensa estabilidade de gênero que justifica o posicionamento de homens e mulheres, meninos e meninas, em lugares distintos, excluindo posições de sujeito(a) que não encontram coerência nesses binarismos:

Tem bastante diferença sim, porque certos tipos de comportamento dos discentes em sala de aula não acontecem nas salas em que o docente é um homem. Mas por exemplo, eu converso muito com meus discentes, e tem brincadeiras que eles fazem comigo que eles não fariam com uma docente que é do meu departamento, mas é muito brava. (Mayama, grifo nosso).

Algumas enunciações demonstram como características que identificam docentes homens e docentes mulheres, que estão amarradas à ideia de alteridade entre essências masculinas e femininas, são incorporadas no imaginário docente. Estudos que se dedicam a problematizar a sub-representação de mulheres em determinadas áreas da ciência têm revelado associações culturais que relacionam o masculino ao trabalho intelectual demonstrando que os estereótipos relacionados a habilidades específicas vinculadas a determinadas áreas podem interferir na representação e no acolhimento de mulheres (LESLIE *et al.*, 2015). A fala da docente Maria Judith exemplifica como ela consegue perceber e questionar essa realidade:

A característica do cuidado, da preservação, de estar sempre atenta, de acolher os discentes, de acolher a todos, de fazer sempre com muito amor no coração, essas questões estão

associadas a figura do feminino por conta de a mulher ser mãe. Enquanto que o docente homem, ele não precisa ter isso, porque o homem não demonstra sentimentos, ele é frio, e essa é o tipo de relação que ele vai manter com os discentes (Maria Judith, grifo nosso).

Os ideais de masculinidade podem ser compreendidos como um projeto de construção identitária que é construído e sustentado no social e pelo coletivo em contextos específicos (Eccel; Grisci, 2011). O Enunciado E10 “O docente homem é” revela que as representações compartilhadas sobre as características identitárias dos docentes homens são construídas a partir de um mesmo padrão de masculinidade na docência.

Algumas enunciações correspondentes ao Enunciado E10, como “o docente homem é como o pai que cobra”, “o docente homem é aquele que se preocupa com o resultado”, “o docente homem é o pesquisador”, nos informam não só sobre os sujeitos docentes homens, mas também como essas docentes mulheres vivenciam o ideal de masculinidade do campo da docência acadêmica, como percebem seus pares docentes homens, como no cotidiano de suas práticas elas participam do jogo constitutivo das identidades, e como utilizam estratégias para agir, contornar, adaptar ou resistir, no jogo.

As narrativas desta formação também nos apresentam as diferentes rotas pelas quais é possível estabelecer sentido a diferentes processos de interpelação e interdição identitários dos sujeitos docentes mulheres:

Eu sempre sinto muito sobre isso, dependendo de onde a gente está enquanto docente, eles olham para a gente assim: quem você pensa que é, como você é ousada a esse ponto. As mulheres sempre são coadjuvantes, elas estão ali para instrumentalizar, se a mulher aceitar ser coadjuvante, estar ali para instrumentalizar ela continua, ou ela vai tentar ter uma postura muitas vezes, aparentemente, mais agressiva ou ela não vai se inserir nesse espaço (Carolina, grifo nosso).

Foucault (2008), ao propor a analítica de governamentalidade, explica o governo de condutas como uma modalidade do poder centrada na regulação da liberdade de indivíduo. A normalização das relações sociais se processa nesse caminho do governo quando o exercício da liberdade dos sujeitos (as), se mostra condicionado para certas direções mais do que para outras. Nesse sentido, as expressões de masculinidades e feminilidades que envolvem a constituição do

sujeito (a) docente que estão presentes nesta formação são marcadas por visões binárias e essencialistas de gênero.

Os ideais de feminilidade docente envolvem a exaltação de valores como o cuidado e acolhimento em certa medida parecem determinar para as docentes mulheres, o posicionamento no campo e o desenvolvimento de funções que estão para além dos deveres previstos no exercício da profissão. Ademais, as docentes que escapam desses ideais percebem suas práticas sendo interpeladas por diferentes sujeitos (as).

Diante dessas narrativas, compreendemos como as diferentes práticas que envolvem a constituição de sujeito mulher docente, entendendo que enquanto uma “experiência de si” ou “modo de subjetivação” a constituição desse sujeito é histórica, particular e contingente e se apresenta a partir de regimes de verdade, matrizes normativas de comportamento e diferentes modos de ser.

5.4 Mãe, mulher, docente, cientista! Os nós de gênero na vida de docentes mulheres

A formação discursiva desta seção está ligada a todas as regras. Os conflitos e ambivalências da articulação da vida profissional e privada e a construção da subjetividade da sujeita docente-mulher e docente-mulher-mãe se tornam visíveis pelo enunciado central E13, “A mulher tem que”, explicados pelos enunciados E11 “O homem ajuda” e o E12 “O filho é da mãe”.

Narrativas deste arquivo demonstram que na área de pesquisa, as hierarquias se mostram mais expressivas e significativas. Como Morley (2005) sugere, um ciclo vicioso no qual as docentes mulheres se encontram muitas vezes sobrecarregadas com atividades de ensino e administrativas a ponto de não terem acesso as bolsas de pesquisa mais promissoras, o que gera um impacto direto em suas progressões de carreira.

Considerando as especificidades da área de pesquisa, o fazer ciência termina por exigir das mulheres que decidem ser mães, um custo alto que é constantemente naturalizado ou suavizado por meio de discursos. A fala de Marilda ilustra essa questão:

Pessoalmente ali onde você trabalha, com os seus colegas, eu acho que tem problemas diferentes sim, e a questão da

maternidade é um problema, você tira a licença maternidade e é afastada, quando você volta, muitas pessoas te olham e pensam assim, ela não tem tempo porque ela é mãe, outros, já viram e falam assim, o problema é seu se você é mãe, você tem que se dedicar aqui (Marilda, grifo nosso).

Ademais, a partir de Foucault (1984) também é possível compreender a maternidade como um dispositivo que possui linhas de subjetivação mediadas pela elaboração e promoção de técnicas diversas que envolvem certas as “práticas de si” no interior do dispositivo. Nos relatos compartilhados é possível apreender como as linhas de força do dispositivo interpelam as docentes mulheres mães. A docente Virgínia explicita como pode ser difícil corresponder aos ideais de maternidade:

A maternidade é uma coisa assim que eu queria muito, então não deixaria de ter filhos por causa disso [...]. As questões que envolvem a maternidade são bem complicadas, você para seis meses, mas durante a licença maternidade não teve jeito, eu tinha dois discentes que estavam finalizando o trabalho de conclusão de curso deles, então eu tive que orientar a distância. [...] Atrapalha muita coisa no trabalho, [...] porque eu não vou ter pernas e braços para abraçar (Virgínia, grifo nosso).

Todas as participantes desta pesquisa reconheceram, em algum momento, que a maternidade em razão da naturalização do vínculo biológico exige das mulheres uma dedicação que se contrapõe ao exercício da carreira da docente. Ludhmila ressalta essa questão:

Como eu já tive filho, eu sei, os dois primeiros anos da vida de uma mulher quando ela tem um filho, é muito, você tem que dedicar muito a sua família e ao seu filho. E não falo só na Universidade, o mercado de trabalho, eu falo que o sistema não foi feito para ter mães, mas todo mundo veio de uma mãe (Ludhmilla, grifo nosso).

Reconhecer as diferenças que distanciam homens de mulheres na experiência de ter filhos implica em reconhecer que o campo científico, pelo modo como está organizado, apresenta aspectos materiais que oferecem resistência à presença de mulheres que decidem ser mães.

A persistência de conflitos na conciliação da vida profissional e pessoal dessas mulheres revela-se como um indicador evidente da persistência de

desigualdades de gênero que estão expressas por meio de concepções identitárias conflituosas, e a permanência de valores e papéis de gênero dicotômicos.

Esta formação é consonante com o estudo de Cherkowski e Bosetti (2014), no qual as autoras apontam que as mulheres acadêmicas são socializadas para desenvolverem um forte senso de realização e para darem conta de tudo, as custas de sacrifícios pessoais significativos para coincidir os anelos da vida pessoal com as exigências da carreira, desse modo programam suas vidas com a necessidade de serem produtivas. A fala de Maria Laura confirma essa realidade:

Na carreira acadêmica as mulheres terminam trabalhando como doidas, para darem conta desse duplo lugar, dessa competitividade entende. Nós temos, por exemplo, ao concorrer por projetos de pesquisa, pelos recursos, [...], eu tenho que competir com eles só que as condições não são iguais (Maria Laura, grifo nosso).

As narrativas dessas mulheres demonstram que, apesar de terem construído trajetórias únicas, as experiências aqui compartilhadas estão fortemente alinhadas entre si, ser mulher, mãe, docente e pesquisadora, na trajetória dessas mulheres, são escolhas fortemente marcadas por conflitos internos e relações de forças que produzem a separação e hierarquização na produção da vida. Na coexistência das experiências da formação e prática docente, vida pessoal, maternidade, e o fazer ciência, os nós da carreira docente parecem facilmente ceder às pressões que as desigualdades de gênero impõem as mulheres docentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No emaranhado de práticas individuais que se conectam e se retroalimentam nas relações com pares e estudantes, histórias tensas sobre poder e diferença sobem à superfície revelando como frustrações, confrontos, recuos e negociações acompanham a vida acadêmica de mulheres. A história, ao contrário do que nos fazem acreditar, se concretiza no interior de conflitos e relações de força que não obedecem a uma lógica linear.

Desse modo, este estudo não pretendeu encerrar uma teoria. Em consonância com Foucault, nosso intuito foi de produzir relâmpagos para a apreensão de uma realidade que é continuamente modificada por interesses que são conduzidos por

relações de poder. Nossa contribuição prática, enquanto pesquisadoras e mulheres acadêmicas, é oferecer uma coletânea de histórias provocativas que trazem à tona uma reflexão crítica sobre o objeto estudado, permitindo o início de um movimento de transformação, um novo olhar sobre os status de velhas práticas.

A contribuição teórica vai além do fenômeno estudado. As quatro formações discursivas aqui reveladas traduzem um sistema de ordem e dominação masculina que é mantido e atualizado por práticas de governo. Essas práticas estabelecem os modos de organizar e vivenciar a experiência na relação ensino-aprendizagem estabelecida com discentes na sala de aula a partir da condição de gênero e, também, os modos de constituir as identidades docentes.

O que nos motivou dar visibilidade às narrativas dessas mulheres foi a concepção de que o discurso é um meio pelo qual se concede ou se retira poder. No campo estudado, os enunciados emergentes sugerem a presença de uma homogeneização das identidades de gênero docente, no entanto, reconhecemos a emergência das variações culturais identitárias que cada vez mais contradizem e desafiam a normatividade de gênero que esses ideais universais pretendem esconder.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, as amarrações encontradas desvelam um regime de verdade que ilustra como a produção de diferenças a partir de dinâmicas de gênero são percebidas e impactam de forma latente as experiências profissionais e identitárias de docentes mulheres. Desse modo, considerando que nosso trabalho não pretendeu esgotar o tema, a análise das relações de gênero entre docentes mulheres e discentes, nas salas de aula do ensino superior, oferece caminhos fecundos para problematizar as relações de poder e as hierarquias de gênero na carreira docente acadêmica, que é organizada a partir de um sistema hegemônico de dominação masculina.

Destacamos como limitações do estudo o fato de que as narrativas de diferentes participantes que habitam o lócus da sala de aula teriam viabilizado uma apreensão mais holística do problema e uma observação mais ampla de outras dimensões que organizam esse espaço relacional. Além disso, a ausência de uma literatura potente sobre as relações de gênero em salas de aula no ensino superior pode ter ocultado outras análises relevantes.

Por fim, pensando em estudos futuros, o campo dos estudos de gênero nas organizações educacionais poderia se beneficiar de pesquisas que aprofundem na

construção histórica do campo profissional de docentes mulheres no ensino superior no Brasil, orientando-se pela construção de debates que estimulem questões e respostas sobre como as diferenças foram produzidas e como são reproduzidas, mantidas, atualizadas ou alteradas nas universidades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus Editora, 1996.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Microdados do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília, DF, 2020. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 05, out., 2020.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter. On the discursive limits of "sex"**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, R. C.; SILVA, K. A.T.; MIRANDA, A.R. A.; CAPELLE, M. C. A. Gênero e empoderamento: Um estudo sobre mulheres gerentes nas universidades. **Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero**, v, 8, n. 2, p. 97-115, 2017.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de. O. L.; BRITO, M. J. M.; BRITO, M. J. de. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE-eletrônica**, v.3, n. 2, p. 1-17, 2004

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de. O. L.; BRITO, M. J. de. Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005.

CHERKOWSKI, S.; BOSETTI, L. Behind the Veil: Academic Women Negotiating Demands of Femininity. **Women's Studies International Forum**, v. 45, p. 19–26, 2014.

CLEGG, S. Academic identities under threat? **British Educational Research Journal**, v. 34, n. 3, p. 329–345, 2008.

- DAVIES, B.; GANNON, S. Feminism/poststructuralism. *In*: B. SOMEKH; C. LEWIN (Eds.), **Research methods in the socialsciences**, London: Sage, 2005. p. 318-325.
- ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. L. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 1, p. 57-78, 2011.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, umatrajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. **O Governo de Si e dos Outros**. Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FRANCO, S. M.; LEÃO, A. L. M. de S.. Para os súditos de Momo, tradição é lei: Governo e verdade na organização do Carnaval de Olinda. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 621-644, 2019.
- GLOBAL EDUCATION MONITORING REPORT TEAM. **Education for all 2000-2015: Achievements and Challenges**. Paris, France: United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, 2015. 499 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232205>. Acesso em: 10 out. 2020.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.
- GURGEL, A.; HENAUT, L.; MENDES, M.; WANICK, V. Exposição: 20 cientistas brasileiras que fizeram história. **Abep**, 2018. Disponível em: <https://abepuk.wordpress.com/20-cientistas-brasileiras>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARFORD, J. The perspectives of women professors on the professoriate: A missing piece in the narrative on gender equality in the university. **Education Sciences**, v. 8, n. 2, p. 1-17, 2018.

- KAZANDJIAN, R.; KOLOVICH, L. K.; KOCHHAR, K.; NEWIAK, M. Gender equality and economic diversification. **Social Sciences**, v. 8, n.4, p. 1-24, 2019.
- LAPPALAINEN, S.; LAHELMA, E.; PEHKONEN, L.; ISOPAHKALA-BOURE, U. Gender Neutralities, Dichotomies and Hidden Inequalities: Analysis of Vocational Teachers' Reflections on Gender in the Profession. **Vocations and Learning**, v. 5, p. 297-311, 2012.
- LEÃO, A. L. M. de. S.; MOURA, B. Temos que pegar todos!-Discursos identitários sobre o consumo de Pokemon GO no Brasil. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 6, p. 895-913, 2018.
- LESLIE, S.; CIMPIAN, A.; MEYER, M.; FREELAND, E. Expectations of Brilliance Underlie Gender Distributions Across Academic Disciplines. **Science**, v. 347, n. 6219, p. 262-265, 2015.
- LIPTON, B. A new 'ERA' of women and leadership: The gendered impact of quality assurance in Australian higher education. **The Australian Universities' Review**, v. 57, n. 2, p. 60-70, 2015.
- LÓPEZ, M. V. O conceito de experiência em Michel Foucault. **Revista Reflexão e Ação**, v. 19, n. 2, p. 42-55, 2011.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MANG, C. F. Earnings differences among senior university administrators: Evidence by gender and academic field. **Canadian Journal of Higher Education**. v. 49, n. 3, p. 24-40, 2019.
- MOMANI, B.; DREHER, E.; WILLIAMS, K. More than a pipeline problem: Evaluating the gender pay gap in Canadian academia from 1996 to 2016. **Canadian Journal of Higher Education**, v. 49, n. 1, p. 1-21, 2019.
- MORGADO, A. P. D. V.; TONELLI, M. J. Mulheres executivas: o velho e o novo nos estudos sobre gênero e trabalho. In: CARRIERI, A. D. P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (org.) **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: Edufba, 2016. p. 159-211.
- MORLEY, L. Oportunidade ou exploração? As mulheres e a garantia de qualidade no ensino superior. **Gênero e Educação**, v. 17, n. 4, pág. 411-429, 2005.
- NIELSEN, H. B.; DAVIES, B. Formation of gendered identities in the classroom. In: **S. Wortham, D. Kim & S. May, Discourse and education**, The Netherlands: Springer. v.3, p. 135-145, 2017.
- OGBOGU, C. O. Gender Inequality in Academia: Evidences from Nigeria. **Contemporary Issues in Education Research**, v. 4, n. 9, p. 1-8, 2011.

PERISSINOTTO, R. História, sociologia e análise do poder. **História Unisinos**, n. 11, n.3, p. 313-320, 2007.

PETERSON, H. Is managing academics “women’s work”? Exploring the glass cliff in higher education management. **Educational Management Administration & Leadership**, v. 44, n. 1, p. 112-127, 2016.

SANTOS, J. V. P. dos.; CARRIERI, A. de. P. A desconstrução do sujeito na relação entre o pós-estruturalismo e a analítica *queer*. **Revista Sociais e Humanas**, v. 28, n. 3, p. 8-22, 2015.

SCHIITZ, L. W.; MARTINEZ, L. da S.; SALVA, S. “Ela gosta mais dos carros do que das bonecas”: identidades de gênero no contexto escolar. **Debates em Educação, [S. l.]**, v. 12, n. Esp2, p. 138–157, 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, p. 9-255, 1995.

SOUZA, E. M. A abordagem pós-estruturalista sobre gênero. *In*: CARRIERI, A. D. P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: Edufba, 2016. p. 23-55.

TJOMSLAND, M. Women in Higher Education: A Concern for Development?. **Gender, technology and development**, v. 13, n. 3, p. 407-427, 2009.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos pagu**, p. 81-103, 2002.

TEELKEN, C.; TAMINIAU, Y.; ROSENMÖLLER, C. Career mobility from associate to full professor in academia: micro-political practices and implicit gender stereotypes. **Studies in Higher Education**, v. 46, n. 4, p. 836-850, 2021.

TAYLOR, C. A.; et al. Grim tales: meetings, matterings and moments of silencing and frustration in everyday academic life. **International Journal of Educational Research**, Netherlands, v. 99, 101513, 2020.